

Editorial

Ao final deste 2024, em que se completaram 60 anos do golpe civil-militar no Brasil, evento que, no nosso entendimento, deveria receber múltiplas interpretações e análises sobre o prisma da relação mídia, memória e história, apresentamos o segundo volume do dossiê que tem como cerne reflexivo exatamente esse momento crucial para a história do Brasil.

A necessidade de publicar o dossiê em duas partes deveu-se, como explicamos no primeiro volume, ao grande número de trabalhos recebidos que se caracterizam pela amplitude conceitual e, sobretudo, pelas reflexões que trazem à cena histórica um acontecimento que revela um passado que não pode passar. Não enunciar o tempo que passou, as seis décadas desse evento que ceifou por um longo período práticas de liberdade e de democracia, é produzir uma ação perigosa, pois os fatos inomináveis antidemocráticos não devem ser nunca da ordem do esquecimento.

Assim, o segundo volume do dossiê, e tendo mais uma vez como editoras convidadas Marialva Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Maria Berenice Machado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), reúne 13 artigos que se aproximam reflexiva e teoricamente ao discutir relações de poder, narrativas e memórias, não somente em relação àquele abril de 1964, mas às reverberações discursivas midiáticas também no tempo que qualificamos como o depois.

Se os artigos reunidos em torno das relações de poder colocam em prevalência a discussão Estado e atos ditatoriais; os que enfocam as narrativas e memórias passeiam entre tempos, indo dos acontecimentos daquele 1964 até as memórias produzidas por diversas mídias ao longo destas seis décadas. São, portanto, reflexões que colocam em relação narrativas e memórias situadas num tempo que caminha do passado até o presente, assinalando o tempo passado, que, cronologicamente, ao final deste processo, ganha a marca sexagenária.

O artigo que abre o dossiê, “Os intelectuais orgânicos e a guerra de posição: o ideário político do Partidos dos Trabalhadores no estertor da Ditadura Militar”, inaugura a primeira parte da publicação, que se dedica a reunir textos que colocam em destaque as relações de poder entre o Estado e o regime antidemocrático que se instalou a partir do golpe. O texto de Luís



Francisco Munaro analisa o ideário político do Partido dos Trabalhadores criado exatamente no período final da ditadura, caracterizando o partido como um “espaço comunicacional fundamental para elites intelectuais” que se viram alijadas do debate político durante todo o período ditatorial. Na instigante hipótese considerada pelo autor, o partido como espaço comunicativo foi preenchido por intelectuais, que, mesmo minoritários nos quadros da organização, emprestaram o que Luiz Francisco Munaro nomeia como “horizonte de consciência” para o grupo, numa ação de longo prazo.

O artigo seguinte, “A mão visível do Estado: a ditadura militar e a estruturação do setor de mídia no Brasil”, de Carlos Locatelli e Marisvaldo Silva Lima, explora aspectos da estruturação das mídias no Brasil durante a ditadura civil-militar. Para os autores, a estrutura e a dinâmica do setor dependeram, em grande parte, da interferência direta ou indireta e do relacionamento com o Estado. Assim, a própria estrutura e dinâmica do setor na atualidade pode ser caracterizada, segundo eles, “como devedora das decisões tomadas” em momentos distintos em que se viveu sob forte aparato ditatorial: o Estado Novo e o Regime Civil Militar, instaurado com o golpe de 1964.

O texto que fecha a primeira parte do dossiê, “Complexidades e conflitos nos discursos de integração nacional de Roberto Marinho e do governo ditatorial”, de Juliana Tillmann, aborda a relação do proprietário da TV Globo com os governos ditatoriais, a partir da percepção de como um dos principais lemas do governo – a integração nacional – foi apoiado por ações concretas das emissoras de televisão. Analisando diversos documentos, especialmente do Ministério das Comunicações, a autora mostra as aproximações e distanciamentos em torno dos temas da integração e da construção de uma identidade nacional, objeto de uma complexa disputa de interesses públicos e privados, mas para os quais a articulação com emissoras de televisão, notadamente a Globo, foi decisiva.

O quarto texto inaugura o segundo momento do dossiê em que os artigos passeiam “Por entre narrativas e memórias: o durante e o depois”, isto é, analisam as textualidades construídas pelas diversas mídias, incluindo com destaque as emissoras de rádio, no período imediato ao golpe de 1964, mas também expõem reverberações narrativas nas seis décadas que separam o hoje daquele abril de 1964. Um acontecimento que poderíamos denominar, metaforicamente, de “acontecimento monstro”, utilizando a expressão de Pierre Nora (1972). As reverberações





analisadas pelos autores cobrem um arco temporal expressivo que termina com movimentos que amplificaram vozes em torno da volta do regime democrático, já na década de 1980.

O destocamento de sonhos imaginados, mas que se tornaram impossíveis diante da total perda da liberdade, é abordado no artigo “Da Rádio Universidade à Rádio Paulo Freire: o golpe no sonho”, assinado por Yvana Fechine e um grupo de professores e alunos que participaram da pesquisa, cujo objetivo é recuperar a história da Rádio Universidade, emissora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que foi a primeira emissora universitária do Nordeste e a terceira do Brasil. Inaugurada poucos meses antes do golpe de abril de 1964 e dirigida por Paulo Freire, foi alvo da “caça aos comunistas” que se instalou antes do golpe, movimento que se ampliou de maneira extensiva durante o período da ditadura. Com base em pesquisa documental e entrevistas, os autores trazem do esquecimento para a lembrança a história dessa emissora, parte do sistema de educação de Paulo Freire. Assim, também quando a hoje denominada Rádio Paulo Freire, em homenagem ao seu fundador, completa seis décadas de existência, a pesquisa permite conhecer um pouco de uma história que revela como o golpe ceifou possibilidades e sonhos. Sem dúvida, a ditadura de 1964 golpeou muitos sonhos e, entre eles, os da emissora universitária idealizada por Paulo Freire.

Na sequência, Mariane Souza de Quadros e Luiz Artur Ferraretto apresentam um estudo sobre a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, privilegiando a trajetória da emissora de 1964 a 1985. O artigo denominado “A Rádio da Universidade, de Porto Alegre, e a ditadura: da ocupação estudantil em 1964 à redemocratização em 1985” se propõe a identificar e analisar alguns eventos ocorridos durante o período, enfatizando a ocupação estudantil nos primeiros dias de abril de 1964 e o envolvimento com iniciativas de educação pelo rádio durante os governos militares que se seguiram ao golpe de 1964.

“*O Repórter Esso*: a primeira vítima da censura de 1964”, de Luciano Klöckner e Ciro Augusto Francisconi Götz, narra o que ocorreu na madrugada de 1º de abril de 1964, quando a primeira edição de *O Repórter Esso*, um dos mais importantes noticiários do rádio brasileiro, por 27 anos do século XX, não foi ao ar, pois Fabbio Perez foi impedido de iniciar a locução por um oficial do Exército. O fato lembrado pelos trabalhos de memória do próprio Perez, locutor oficial do programa, na época, na Rádio Tupi de São Paulo, e cuja fala é transcrita no



artigo, serve como uma espécie de momento emblema para reconstruir o que ocorreu naquele dia: a censura sofrida e a análise das notícias que nunca foram ao ar.

O golpe noticiado por dois programas radiofônicos sessenta anos depois de abril de 1964 é o foco do artigo de Izani Mustafá e Erivelto Amarante, denominado “Sessenta anos após o Golpe Militar de 1964: as abordagens jornalísticas no *Conexão Senado* (Rádio Senado) e no *Rotas da Ditadura* (Rádio UFMG Educativa)”. Para isso, realizaram audição dos programas, observando a tipologia, aspectos relativos à sonoridade, bem como as fontes ouvidas, procurando descortinar as abordagens jornalísticas adotadas por emissoras que se situam no campo da comunicação pública.

O artigo seguinte inaugura as reflexões em torno das coberturas jornalísticas dos telejornais. “Memórias do golpe de 1964 no telejornalismo de Juiz de Fora: análise das coberturas de 2004, 2014 e 2024”, de Marco Aurelio Reis; Cláudia Thomé e Luciana Soares Morais, analisa os telejornais de Juiz de Fora ao longo do tempo, tomando como marco os 40, 50 e 60 anos do evento que implantou a ditadura civil-militar no Brasil. O objetivo é mostrar a construção de memórias coletivas pelas telas do telejornalismo local, na cidade de onde partiram os canhões que efetivaram a tomada de poder pelos golpistas há 60 anos.

Memória como conceito chave articulador é mais uma vez referenciado em “Memórias paralelas: o não esquecimento como chave da TV pública para a cobertura da história de golpes vividos e tentados no Brasil”, de Iluska Coutinho e Ana Paula Goulart de Andrade. O texto objetiva mostrar o que as autoras denominam “estratégias de mediatização do não esquecimento” na cobertura sobre os 60 anos do golpe civil-militar de 1964, tendo como marco suplementar o primeiro ano da tentativa de golpe de oito de janeiro de 2023. Para isso, analisam uma edição de dois programas (*Repórter Brasil* e *Paralelos*) da TV Brasil, emissora pública, refletindo sobre o ato de rememoração como “ação de (re)existência do jornalismo”, entendido pelas autoras como “instituição social comprometida com a democracia”.

O artigo “O trote estudantil em Pernambuco no contexto do regime autoritário (1960-1965)”, de Andrea Cristiana Santos e Anaelson Leandro de Sousa, mostra que, mesmo antes do golpe civil-militar, havia práticas de autoritarismo, como a repressão aos trotes estudantis, em Recife. Para os autores, a repressão às mensagens humorísticas e críticas políticas presentes nas manifestações indicam, particularmente, a prevalência do pensamento conservador. Em

decorrência, observa-se uma recorrente repressão ao ritual festivo de ingresso nas universidades, cabendo ao Exército coibir as ações, realizando censura prévia à liberdade de pensamento e de expressão dos estudantes e caracterizando o trote como efetiva ameaça. Em suma, expressando no autoritarismo o pensamento conservador brasileiro.

O jornal *Resistência*, jornal alternativo fundado em 1978 pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), é o foco do artigo seguinte, de Rosaly de Seixas Brito e Ana Vitória Monteiro Gouvêa. Intitulado “Participação feminina na imprensa alternativa paraense no pós-1964: reflexões sobre o jornal *Resistência*”, o texto objetiva entender o papel do jornal no fortalecimento da luta pela igualdade de gênero no contexto da ditadura civil-militar brasileira. Para isso, além de analisar edições dos jornais entre 1982 e 1983, as autoras recorrem a entrevistas para recuperar os processos jornalísticos de produção do periódico, mas também para descortinar o conteúdo publicado, em que a busca pela representatividade feminina se fizesse presente. O jornal, para muitas das entrevistadas em seus trabalhos memoráveis, foi uma forma ativa, embora com limitações, de amplificar as vozes femininas, sobretudo quando se avizinha a redemocratização do país, concluem as autoras após a pesquisa.

O texto seguinte, de Lucia Santa-Cruz e Lucas Luciano, denominado “Enquadramentos jornalísticos na cobertura do processo constituinte de 1988”, procura mostrar, a partir da análise documental de diversos jornais que circularam em vários estados brasileiros, a cobertura da Assembleia Nacional Constituinte, enfatizando os temas abordados. O objetivo do artigo, como enfatizam os autores, é compreender as interações entre mídia, política e sociedade, destacando o papel das fontes jornalísticas na reconstrução de um período da história.

Finalmente, o último artigo do dossiê, “Há 40 anos, Diretas Já mobilizou sociedade civil em Ponta Grossa-PR: cobertura dos atos da campanha pelo *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã*”, de Sérgio Luiz Gadini e Maria Victória Klosiensi, mostra como foi a cobertura da campanha por eleições diretas para presidente, já nos estertores da ditadura. O particularismo presente no artigo é como essa cobertura foi feita por jornais em cidades fora dos grandes centros urbanos, recuperando as imagens dessa mídia local para mostrar a memória histórica que tais meios reverberaram no período final daqueles tempos que, apropriadamente, foram também denominados *anos de chumbo*.

Além dos artigos que compõem o dossiê, este número da RBHM traz mais dois textos na seção Artigos Gerais. O primeiro, denominado “Da formação da indústria cultural brasileira à consolidação da indústria da publicidade: uma revisão dos quarenta anos de ‘A embalagem do sistema’”, de Glícia Maria Pontes Bezerra, toma como material empírico o livro *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*, escrito em 1979, fruto da pesquisa de mestrado da socióloga da Universidade de São Paulo (USP), Maria Arminda do Nascimento Arruda. O objetivo do artigo é analisar o que denomina “continuidades e alterações na relação entre o setor publicitário e os campos políticos e econômicos nos últimos quarenta anos”. Assim, Glícia Maria retoma as discussões de Arruda, particularmente no que diz respeito à publicidade como parte da indústria cultural brasileira.

O segundo texto da seção, denominado “*Folha Livre*: o discurso de um jornal republicano em uma comunidade alemã de SC no século XIX”, de Mario Luiz Fernandes, traça um perfil histórico do jornal *Folha Livre*, particularizando os discursos do periódico sobre a causa republicana na então comarca de Joinville (SC), em 1887. A partir da análise discursiva do periódico naquele ano, numa cidade em que a maioria da população, de origem alemã, não falava português, o autor observa como o semanário procurou persuadir seus leitores a abraçarem a causa republicana. Para isso, duas ordens discursivas foram predominantes: a da legitimação da república em contraponto à fragmentação da monarquia.

A edição, que apresentou o segundo volume do dossiê “60 anos do golpe civil-militar no Brasil: mídia, memória e história”, fecha com uma entrevista realizada por Vinícius Ferreira com James Green, que pode ser definido como um intelectual militante na luta pela memória e pelos direitos humanos no Brasil. James Green é, de fato, um renomado intelectual e militante, com trajetória de décadas na defesa dos direitos humanos e na resistência à ditadura militar brasileira. Ao longo dos últimos 50 anos, tem também se destacado por suas contribuições acadêmicas e políticas, sendo autor de obras fundamentais, como *Além do Carnaval* (2000), *Apesar de vocês* (2009) e *Revolucionário gay* (2018).

A longa entrevista – a rigor, um testemunho de um intelectual militante –, mais do que explorar os caminhos de suas memórias sobre um período recente da história do Brasil, transforma-se em um documento importante para a compreensão desse conturbado período não tão longínquo, mas que continua reverberando e, por vezes, assombrando-nos. É uma entrevista

profunda, conduzida com arcabouço teórico e conceitual denso e, principalmente, com sensibilidade por Vinícius Ferreira.

Por todas essas razões, de maneira pouco usual, deixamos James Green falar livremente, e o resultado são extensas páginas, mas que valem cada minuto da leitura. Na sua reflexão, explora as memórias das práticas e estratégias empregadas durante a ditadura e estabelece um diálogo crítico com a produção intelectual a respeito da temática, que emergiu no período pós-*anos de chumbo*. A atuação de Green foi crucial tanto no campo da produção acadêmica quanto na militância ativa, participando de movimentos de solidariedade internacional, especialmente nos Estados Unidos, e colaborando na Comissão Nacional da Verdade, que revisitou as violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar no Brasil. Sua luta se estende à defesa dos direitos LGBTQIA+, sendo um dos pioneiros no Movimento Homossexual Brasileiro. Green desempenhou papel decisivo nas disputas de memória em torno da ditadura e continua a influenciar debates sobre a história e a política contemporânea do Brasil.

Como palavras finais do número que sintetiza, no dossiê, percepções da ação histórica midiática em torno dos sessenta anos do golpe civil-militar brasileiro, que inaugurou um longo e trágico período ditatorial, destacamos que, por meio de textos que colocam em relação memórias duradouras e atitudes reflexivas, enfatiza-se a luta por direitos, para a construção de uma sociedade mais justa e, sobretudo, mais igualitária. Para isso, a liberdade democrática não pode ser nunca vilipendiada.

Cada autor e cada autora, à sua maneira, com suas opções teóricas, com *corpus* empírico específico, foi tecendo argumentos para que, hoje, passados 60 anos da instauração de um período dos mais sombrios na história do país, tenhamos a clareza, vinda da compreensão construída e refletida, que não podemos ingressar novamente em *anos de chumbo*.

As editoras.

Referências

NORA, Pierre. L'événement monstre. **Communications**, n. 18, p. 162-172, 1972. L'événement. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1972_num_18_1_1272. Acesso em: 30 dez. 2024.